

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no HABEAS CORPUS Nº 536.459 - SC (2019/0292794-3)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ

EMBARGANTE : EVERTON COLOMBO DA SILVA

ADVOGADO : BRUNO ALBERTO DA ROSA - SC055435

EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Com razão o embargante, pois, apesar de constar o pedido de expedição de salvo-conduto, a impetração diz respeito à falta de justa causa para o exercício da ação penal e não para eventual decretação da prisão preventiva.

Passo ao reexame do pleito liminar.

Decido.

O trancamento prematuro do **exercício da ação penal e por meio de habeas corpus** constitui medida excepcional, cabível somente quando emerge dos autos, de plano, sem necessidade de análise de fatos e de provas, a atipicidade da conduta, causa extintiva de punibilidade, ausência de prova da materialidade ou de indícios mínimos de autoria ou a manifesta inépcia da denúncia, prejudicial ao conhecimento da imputação.

A teor dos precedentes desta Corte:

III - No que concerne à justa causa, o trancamento da ação somente se justifica se configurada, de plano, por meio de prova pré-constituída, diga-se, a inviabilidade da persecução penal. A liquidez dos fatos, cumpre ressaltar, constitui requisito inafastável na apreciação da justa causa, pois o exame aprofundado de provas é inadmissível no espectro processual do habeas corpus ou de seu recurso ordinário, cujo manejo pressupõe ilegalidade ou abuso de poder flagrante a ponto de ser demonstrada de plano.

[...]

(AgRg no RHC n. 111.799/MS, Rel. Ministro **Felix Fischer**, 5ª T., DJe 17/06/2019).

Superior Tribunal de Justiça

A um primeiro olhar, não é possível acolher a tese de ausência de justa causa. A denúncia está embasada em elementos de informação amealhados durante inquérito policial. Deveras, "a constatação da associação [...] se deu a partir do **acesso aos dados constantes nos aparelhos celulares apreendidos pela Polícia Civil**" (fl. 56) e **o acórdão recorrido cita diálogos identificados entre Allan Gomes Barreto e o ora paciente (fl. 81-82)**. Juntamente com alguns supostos integrantes do bando foram apreendidos cocaína, crack e maconha, em grande quantidade.

O Ministério Público descreve os fatos tidos como delituosos, com todas as suas circunstâncias, a permitir a compreensão da imputação. Consta que, em tese, Allan Gomes Barreto, auxiliado por Leonardo Albuquerque Lins, fornecia drogas ao paciente, para que por este fossem revendidas. De acordo com a exordial, as condutas ocorreram "em diversas ocasiões" (fl. 56). Assim, apesar de a acusação ser sucinta, não se verifica, a um primeiro olhar, a violação do art. 41 do CP.

À vista do exposto, **acolho os embargos de declaração mas, por outros fundamentos, indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Juiz de primeiro grau. Depois da resposta, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**